

## **O impacto da construção da Usina Governador Ney Braga**

Renê Wagner Ramos<sup>1</sup> - FIG

A implantação do modelo coletivo de reassentamento provocou grande impacto na vida nas famílias ribeirinhas. Analisamos neste artigo como Companhia Paranaense de Energia (Copel) encaminhou a implantação do reassentamento coletivos da Usina Hidrelétrica Governador Ney Braga e a relação dos ribeirinhos com esse modelo. Para tanto, fazemos uso de documentos, como atas das associações de agricultores, registros da Copel e a memória dos agricultores e funcionários da empresa. Analisamos, primeiramente, como foi apresentado aos caboclos ribeirinhos o modelo coletivo de reassentamento e a associação de agricultores instituída pela própria empresa.

A chegada dos atingidos ao reassentamento representou um grande choque cultural em relação ao novo espaço, ao convívio compulsório com pessoas desconhecidas e, ainda, com uma série de normas e resultados que deveriam conquistar obrigatoriamente sob pena de perda da terra. Entre as exigências estava a de pagamento compulsório à associação de agricultores moradores do reassentamento sob a argumentação de que a terra seria paga em forma de mensalidade e que o não-cumprimento das regras poderia acarretar a perda da terra.

Lembramos que a maioria desses ribeirinhos viviam nas margens do rio Iguaçu, tendo laços de amizade e compadrio muito estáveis, sem contar que, em seu local de origem, tomavam suas decisões sem necessitar de um aval externo (a associação de agricultores); agora, deveriam compulsoriamente, conviver com regras e pessoas, com tipos de produção e tecnologia totalmente distintas da realidade anterior, o que causou um impacto enorme, em suas vidas.

Dificultou ainda mais a adaptação dessa população no novo espaço, a forma como a empresa apresentou regras do reassentamento coletivo, estipulando normas e tipos de

produção aos agricultores segundo uma concepção da empresa e a sua concepção de “modernidade”, como se estivesse ali para promover o desenvolvimento e o progresso dessas famílias; portanto, considerava-se promotora de conhecimento aos agricultores, o que os levaria ao sucesso<sup>2</sup>. Essa noção de progresso e desenvolvimento presente no discurso do Estado, sócio majoritário da Copel, também foi adotada pelos funcionários da empresa em relação aos caboclos ribeirinhos, aos quais consideravam como ignorantes, incultos.

Foi justamente em virtude dessa visão preconceituosa de que os caboclos ribeirinhos, “não sabiam de nada”, “nem possuíam cultura”, que a Copel atribuía-se o papel de levar-lhes a cidadania, apresentando-lhes um modelo de reassentamento coletivo que garantir-se uma melhoria de suas condições de vida. Tal concepção levou a empresa a interferir em todo processo, não permitindo que os agricultores elaborassem suas próprias idéias e tivessem uma organização autônoma. Essas idéias estavam presentes nos documentos da empresa em relação à propaganda do reassentamento:

Comunidade Segredo: Reassentamento com cidadania – Renasce a esperança.

A comunidade de Segredo, formada por 110 famílias originárias de áreas ribeirinhas alagadas pela formação do lago da UHE de Segredo (Rio Iguaçu), representam no contexto da região Sudoeste, o desafio da maioria dos agricultores familiares do Paraná, qual seja, o de criar condições satisfatórias de empregar sua mão-de-obra e melhorar a qualidade de vida para suas famílias. Nessa perspectiva, a organização das famílias reassentadas através das suas associações comunitárias, tem possibilitado a participação local para a gestão dos recursos com vistas ao desenvolvimento sustentável do lugar. Assim.<sup>3</sup>

Para tanto, criaram-se regras que, para a Copel, seriam necessárias à organização e à estruturação do reassentamento. A primeira foi a adesão compulsória de todos os agricultores à Associação dos Produtores Rurais do Reassentamento Segredo I, pois, todos seriam obrigados a pagar pelas terras e seus beneficiamentos no prazo de dez anos e em espécie, ou seja, 250 sacas de milho, à associação. A empresa tentava, dessa forma, capitalizar financeiramente a

associação para que esta pudesse adquirir máquinas, implementos agrícolas, realizar cursos etc., que poderiam ser usufruídos pelos agricultores<sup>4</sup>. Entretanto, o encaminhamento dessa adesão compulsória dos agricultores à associação, acabou gerando desconfiança entre os atingidos, pois em sua maioria eram oriundos de comunidades diferentes e não se conheciam, portanto, não havia entre eles vínculos de amizade ou de parentesco como nas margens do rio, que incluía o sistema de compadrio.<sup>5</sup>

A desconfiança no reassentamento iniciou-se com as regras estabelecidas no Estatuto da Associação dos Agricultores pela Emater (a pedido da Copel), a qual constavam obrigações aos agricultores, como no artigo 2, que determinava que “Associação, conforme prevê seu Estatuto, representará os seus associados na defesa dos interesses de caráter individual ou coletivo, na discussão das questões relativas ao programa de reassentamento.”<sup>6</sup> Como vimos, os caboclos ribeirinhos vinham de comunidades distintas, de difícil contato com as outras comunidades, viviam de forma rústica e simples, fechados em seu próprio mundo; portanto, aceitar que “estranhos” encaminhassem suas demandas, retirando-lhes toda autonomia e repassando a luta para a associação, era encarado com muita desconfiança.

Outro problema era que esses pequenos agricultores desconheciam a organização social como luta coletiva pelos direitos dos mais fracos na sociedade, visto que a única organização de que tinham conhecimento era a Igreja Católica. Todavia, a Igreja Católica local, ou seja, seu representante, pároco frei José Monteiro da Paróquia São Pedro de Mangueirinha - PR, tinha uma postura negativa em relação às organizações de lutas dos trabalhadores em razão de sua formação conservadora na Itália; assim, concebia as organizações sociais, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mangueirinha, como comunistas e perigosos à causa religiosa, o que despertava muita resistência nos ribeirinhos a liderança desse sindicato.<sup>7</sup>

Um dos pontos do estatuto que mais provocaram atritos com os atingidos foi o que previa que os recursos não seriam repassados ao agricultor, mas à associação do reassentamento, a qual ficaria responsável por “gerir e aplicar os recursos para implantação de

programas e projetos comunitários de assistência agrícola, social e outros de interesses da comunidade”.<sup>8</sup> Como os agricultores não se conheciam anteriormente e tinham referências negativas das organizações sociais, isso acabou provocando um grande mal-estar entre eles, a ponto de vários se recusarem a permanecer no reassentamento e outros não aceitaram sequer se mudar para o reassentamento, como podemos observar no depoimento do atual presidente da Associação dos Agricultores do Reassentamento de Segredo I, o Sr. Benedito de Jesus:

O que mais a gente estranhou foi a interferência política, tanto da Copel, da prefeitura, da associação, porque quando a gente chegou o estatuto da associação já tava andando, feito pela Emater a pedido da Copel. Aí tinha a lei do estatuto pra se respeita. O estatuto deveria ser cumprido, ou então, o agricultor ia perder a terra, isso trouxe um trauma muito grande. O pessoal dal Copel, então, dizia: “aquele que não cumprir o estatuto, aí nós temos aqui o pessoal do Conselho Fiscal da associação, eles vão mapear tudo isso aí, nos vamos coloca em cima de um caminhão, e vamos levá lá no local de origem, vamos largá lá na estrada. Então, vocês têm fazer como está programado”. Os agricultores ficava matutando tudo isso dizendo assim: Mas agora eu não posso fica cumprindo o estatuto, porque eu não tenho condição pra respeitá o estatuto. Então, agora eu vou perdê a minha terra”. Isso trouxe um trauma muito grande e muitos foram embora, não teve jeito, chegava troca o lote por uma passagem de ônibus, de tanto que ficaram revoltados.<sup>9</sup>

A lembrança de Benedito de Jesus é reveladora para se compreender o impacto causado aos agricultores ao conviverem de forma compulsória com um modelo de reassentamento coletivo, onde até mesmo a associação, que, em tese, deveria representar os seus interesses, funcionava como uma espécie de porta-voz das idéias da Copel, transformando-se num referencial negativo para a maioria . Os problemas para os agricultores reassentados iniciaram-se quando da escolha do terreno, pois não tiveram opção de escolha das características físicas do local onde teriam de reorganizar suas vidas. O resultado dessa falta de participação dos agricultores foi a formação do reassentamento em terras pouco férteis, com muitas pedras, o que obriga a altos investimentos em adubagem, correção com calcário e uréia para viabilizar a produção.

Um lote de cinco hectares de terras agricultáveis, pelo Estatuto de 1991, deveria, obrigatoriamente, num prazo de dez anos, pagar 250 sacas de milho à associação; portanto, os reassentamentos pagariam pelo lote. Contudo sem as condições de plantio, esse montante era inviável, como ressaltou Benedito de Jesus ao relatar que passados poucos meses muitos ribeirinhos já desistiram do reassentamento<sup>10</sup>. A região de Mangueirinha, produz em média, 1000 sacas de milho por hectare, ou seja, 25% da produção deveriam ser destinados ao pagamento a associação; isso, para os técnicos da empresa, daria para pagar o financiamento e os investimentos, garantindo cerca de 15% de lucro. Todavia, os técnicos não levaram em consideração que os agricultores não teriam condição de usar os cinco hectares de terra somente com milho, pois o lote era também utilizado para a produção do feijão, mandioca, do arroz e a criação de gado e porcos, galinhas, necessárias à subsistência, além de uma horta e, principalmente, um pomar, existentes em praticamente todas as propriedades nas margens do rio Iguaçu e, portanto, faziam parte da cultura alimentar da população cabocla ribeirinha.

Mas o primeiro impacto imediato, logo na chegada, foi a falta de infra-estrutura do reassentamento, prometida pela Copel, que obrigou os atingidos a habitarem com suas famílias sob uma lona de plástico durante oito meses. Nessas condições eles enfrentaram o desconhecido e rigoroso inverno dos campos de Mangueirinha. Somente depois de passado o inverno e mediante protestos, receberam seu “vagão de trem”, termo como foram denominadas as casas de madeira de pinus construídas pela Copel, que as chamava de “módulo básico”, constituídas de duas peças de madeira e um banheiro, totalizando 18 m<sup>2</sup>.<sup>11</sup>

A mudança radical consistiu na substituição de uma agricultura “de toco” para uma agricultura mecanizada através do uso da patrulha agrícola alugada à associação ao custo de Cr\$ 50,00 a hora, o que, para quem não havia trabalhado com máquinas, foi mais motivo para a desistência do reassentamento.<sup>12</sup> Essa desistência do reassentamento em pouco tempo é compreensível pelo impacto sofrido por esses agricultores, que estavam acostumados a trabalhar a terra manualmente ou com ajuda de tração animal que produziam suas próprias

sementes e não trabalhavam com financiamento bancário (os ribeirinhos denominam o financiamento de “dinheiro dos outros”). Nas épocas de plantio e colheita, organizavam-se com os parentes, vizinhos e compadres em mutirões que viabilizavam economicamente a propriedade; ao contrário, no novo espaço, sem essa presença, eram obrigados a pagar a mão-de-obra, o que encarecia o custo de sua produção.<sup>13</sup>

A Copel responsável pelo empreendimento hidrelétrico, julgava que a destinação de terra preparada para o cultivo e o reassentamento dotado de toda infra-estrutura, como escola, posto de saúde, barracões e casas, seriam suficientes para o sucesso dos reassentamentos e que os agricultores continuariam a administrar sua produção sem grandes dificuldades.<sup>14</sup> O próprio funcionário da empresa reconheceu as dificuldades na implantação do reassentamento e os erros na condução do processo:

[...] eu vi pessoas catando o milho que caíam da colheitadeira para socarem no pilão e transformar em farinha para alimentação da família [...] foi um choque! Algumas famílias estavam passando fome! A empresa, então, foi obrigada a fornecer uma cesta básica. Outro erro, criou um paternalismo. Foi um problema!<sup>15</sup>

O erro da empresa foi tentar implementar uma política agrícola igual para todos sem respeitar as particularidades locais, como revelou funcionário Afonso Herzer, que trabalhou na implantação dos reassentamentos de Segredo: “[...] nós sabíamos dessa realidade, mas como nós íamos fazer? Nós podíamos deixar famílias produzindo como estavam na beira do rio [...] O segredo I e III pagou o preço da inovação, que nem nós conhecíamos e muito menos eles!”<sup>16</sup> Para Casemiro Silva, foi um erro o modelo adotado pela Emater, visto que “[...] o esquema da Emater era voltado aos grandes produtores, plantar soja e vender veneno, mas não era adequado à realidade de pequenos produtores”.<sup>17</sup>

Portanto, o erro cometido pela empresa na implantação dos reassentados foi a inexistência de um planejamento que respeitasse a heterogeneidade dos atingidos, sua história, seu modo de vida, ao invés de impor um modelo de agricultura baseado na monocultura mecanizada. Esse modelo de agricultura comercial voltada à exportação levou os agricultores a

se inserirem no sistema de financiamento agrícola, algo distante até então da sua realidade. Todos esses fatores, , levaram os agricultores a altos índices de endividamento, comprometendo a permanência de inúmeras famílias no projeto. A situação atual do reassentamento traz desespero e angústia e aos agricultores pelo medo de perderem a terra, pois a tentativa de implantação de um projeto de agroindústrias nos reassentamentos de Segredo I e III, na verdade não passou de mais um projeto político do governo do Paraná em véspera de eleição, o que contou com a presença do ex-presidente Ingo Hübner e ex-governador Jaime Lerner estiveram várias vezes no local, inclusive assinando um protocolo de intenções. Literalmente foi um “presente de grego”.

#### NOTAS:

---

<sup>1</sup> RAMOS, Renê Wagner. Ms em História – UPF. Professor das disciplinas de História do Brasil; Política externa brasileira; Museologia e Folclore do Paraná das Faculdades Guarapuava e do Colégio Estadual César Stange – Guarapuava – PR.

<sup>2</sup> KOBELINSK, Michel. Entrevistado pelo autor, 26 jan. 2004.

<sup>3</sup> COPEL; GER; GERSEN; SENMAM. *Comunidade Segredo: reassentamento com cidadania*. Manguueirinha: Copel, 1998, p. 01.

<sup>4</sup> ALVES, Benedito de Jesus dos Santos. Entrevistado pelo autor, 16 out. 2004.

<sup>5</sup> MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 3. ed. São Paulo: Vozes, 1986, p. 36-37.

<sup>6</sup> SEGREDO I. Associação dos produtores do reassentamento. *Regimento Interno*. Manguueirinha, 2000.

<sup>7</sup> SILVA, Casemiro Rodrigues. Entrevistado pelo autor, 20 jun. 2004.

<sup>8</sup> SEGREDO I. *Regimento Interno*. Manguueirinha, 2000, p. 02.

<sup>9</sup> ALVES, Entrevista já citada.

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> HANISCH, Ana Lúcia (Org.). *A dinâmica social dos reassentamentos Segredo I e III: estudo das redes de relações e conflitos*. Porto Alegre/Manguueirinha: UFRGS/Cooperiguaçu, 1998, p. 32.

<sup>12</sup> PIOCZKOSKI, Valdecir. Entrevistado pelo autor, 23 fev. 2004.

<sup>13</sup> COPEL. *Programa de Salvamento da memória da cultural usina Segredo: Histórico da colonização*. Pinhão: Copel, 1992, p. 72.

<sup>14</sup> HERZER, Afonso Junior. Entrevistado pelo autor, 12 maio 2004.

<sup>15</sup> HERZER, Entrevista já citada..

<sup>16</sup> Idem.

<sup>17</sup> SILVA, Entrevista já citada.